

ÍNDICE

PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	7
PARTE I – COBRANÇA JUDICIAL DE DÍVIDA E INJUNÇÃO	9
CAPÍTULO I AS VENDAS, O CRÉDITO E A COBRANÇA	11
1. As vendas	11
2. O crédito	11
3. Crédito ao consumo	12
4. Planos de regularização de dívida aos bancos	17
5. Apoio aos sobreendividados	18
6. Insolvência de pessoas singulares e exoneração do passivo restante	22
7. O Estado, mau pagador	23
8. A cobrança	25
9. Atos próprios de advogado	25
10. empresas de “cobranças difíceis”	26
11. As empresas de recuperação e gestão de dívidas	29
CAPÍTULO II ENVIO DO PROCESSO AO ADVOGADO	31
1. Título executivo	31
1.1. Sentença	32
1.2. Documentos autênticos ou autenticados	32
1.3. Títulos de crédito	32
1.4. Documentos particulares	33
2. Documentos de venda	36
3. Carta de interpelação	38

4. Acordo de pagamento	39
5. Competência do advogado estagiário	41
CAPÍTULO III O SUCESSO DA INJUNÇÃO	47
1. Fatores que originaram o procedimento	47
2. Dec.-Lei nº 404/93, de 10 de dezembro	51
3. Dec.-Lei nº 269/98, de 1 de setembro	51
4. Razões do sucesso	52
4.1. Fácil preenchimento	53
4.2. Custos reduzidos	53
4.3. Notificação rápida	53
4.4. Procedimento abreviado	53
5. Dec.-Lei nº 32/2003, de 17 de fevereiro	54
6. Dec.-Lei nº 107/2005, de 1 de julho	55
7. Dec.-Lei nº 303/2007, de 24 de agosto	56
8. Portaria nº 220-A/2008, de 4 de março	57
CAPÍTULO IV ATUAÇÃO PROCESSUAL	59
1. Em busca do título executivo	59
2. O cheque	61
3. Serviços públicos essenciais	65
3.1. Âmbito dos serviços	65
3.2. Prescrição	65
3.3. Cobranças admissíveis	67
3.4. Faturação	68
4. Cláusulas contratuais gerais	68
5. Injunção ou ação?	69
6. Podem os honorários de advogado ser cobrados através de injunção?	69
7. A ação	73
8. Julgados de Paz	74
9. A arbitragem	76
10. Honorários apresentados pelo advogado	77
CAPÍTULO V ELABORAÇÃO DO REQUERIMENTO DE INJUNÇÃO	79
1. Entrega em papel	79
2. Elaboração por via eletrônica	81
2.1. Acesso e preenchimento	82
2.2. Elaboração	82
2.3. Transação comercial	84
2.4. Qualificação do contrato	90

2.5. Envio à distribuição	91
2.5.1. Competência	91
2.6. Exposição dos factos	97
3. As partes	103
3.1. O domicílio convencionado	104
4. Visualização e envio do documento	106
5. Pagamento taxa de justiça	107
6. Juros de mora	107
6.1. Taxas de juro	108
6.2. Contagem dos juros	112
6.3. Pagamento de juros de mora pelo Estado	112
7. Juros compulsórios	113
8. A desmaterialização do procedimento	114
CAPÍTULO VI TRAMITAÇÃO DA INJUNÇÃO	117
1. Notificação do devedor	117
2. Posição do devedor	121
2.1. Nada fazer	121
2.2. Proceder ao pagamento	122
2.3. Deduzir oposição à injunção	123
2.3.1. Prazo	123
2.3.2. Forma de oposição	127
2.3.3. Reconvenção	128
2.3.4. Taxa de justiça	131
2.3.5. Distribuição do procedimento de injunção	132
2.3.6. Pagamento de taxa de justiça	134
2.3.7. Condenação em multa	136
3. Aposição de fórmula executória	137
CAPÍTULO VII A AÇÃO DECLARATIVA ESPECIAL	141
1. Especialidades	141
2. Tramitação	143
2.1. Articulados	143
2.2. Taxa de justiça	143
2.3. Citação	144
2.4. Não contestação pelo R.	144
2.5. Conhecimento de exceções	150
2.6. Audiência de julgamento	151
3. Injunção convertida em ação especial	153
4. Injunção convertida em ação comum	154

CAPÍTULO VIII COBRANÇA DE DÍVIDAS HOSPITALARES	155
1. Regime especial	155
2. Prescrição	157
3. Tribunal competente	159
CAPÍTULO IX PROCEDIMENTO EUROPEU DE INJUNÇÃO	161
1. Criação do procedimento	162
2. Procedimento	162
3. Semelhanças com a injunção “nacional”	163
4. Aplicação em Portugal	164
PARTE II – EXECUÇÃO	165
CAPÍTULO X PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO (PEPEX)	167
1. Criação	167
2. Tramitação	168
CAPÍTULO XI REQUERIMENTO DE INJUNÇÃO E EXECUÇÃO	171
1. O que é a execução?	171
2. Fases	172
3. Requerimento executivo	173
4. Penhora de bens	175
4.1. Concretização da penhora	176
5. Acordo de pagamento	179
6. Embargos de executado	179
6.1. Equiparação da injunção à sentença	180
6.2. Posição do Tribunal Constitucional	180
6.3. Novo CPC	181
6.4. Exemplos	182
7. Oposição à penhora	184
8. Reclamação de créditos	184
9. Venda de bens	186
10. Pagamento	187
11. Frustração da execução	188
11.1. Insolvência	188
11.2. Dissolução e liquidação da executada	189
11.3. Meios de reação	190

CAPÍTULO XII ASPETOS FISCAIS	191
1. Créditos de cobrança duvidosa	191
2. Créditos incobráveis	194
3. O IVA	195
3.1. Dec.-Lei nº 114/98, de 4 de maio	196
3.2. Alterações da Lei do Orçamento de Estado	197
3.3. Lei nº 66-B/2012, de 31/12	199
PARTE III DOCUMENTOS DE APOIO	203
Doc. 1 – Requisição ou ordem de compra	205
Doc. 2 – Guia de remessa	206
Doc. 3 – Fatura	207
Doc. 4 – Carta de interpelação de advogado	208
Doc. 5 – Acordo de pagamento	209
Doc. 6 – Requerimento de injunção	211
Doc. 7 – Notificação do requerido	213
Doc. 8 – Requerimento de oposição	215
Doc. 9 – Despacho de aperfeiçoamento	220
Doc. 10 – Despacho saneador e temas da prova	223
Doc. 11 – Sentença	224
Doc. 12 – Certidão para efeitos fiscais	231
Doc. 13 – Requerimento de arresto	232
Doc. 14 – Requerimento de execução	238
LEGISLAÇÃO RELEVANTE	241
I – INJUNÇÃO	243
Ação Declarativa Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuniárias Emergentes de Contratos e Injunção	243
Decreto-Lei nº 269/98, de 1 de Setembro	243
II – JUROS	257
Portaria nº 291/2003, de 8 de Abril (alteração das taxas de juro)	257
Lei nº 3/2010, de 27 de Abril (obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado Português pelo atraso no cumprimento de obrigações pecuniárias)	259

COBRANÇA JUDICIAL DE DÍVIDA, INJUNÇÕES E RESPETIVAS EXECUÇÕES

Decreto-Lei nº 62/2013, de 10 de maio (atrasos nos pagamentos em transações comerciais)	263
Portaria nº 277/2013, de 26 de agosto (juros moratórios comerciais)	273
Lei nº 32/2014, de 30 de maio (PEPEX)	277
ÍNDICE	295